

MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA NA RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA REGIONAL DE GOIÁS

Dulce Madalena Rios Pedroso¹

Este é um estudo de caso sobre as relações interétnicas entre colonizadores e índios em Goiás, na primeira metade do século XIX e apóia-se em documentação histórica sobre um ataque dos índios avá-canoeiros ao Engenho Nossa Senhora da Conceição, na freguesia de Traíras, em uma região na bacia do alto Rio Tocantins, antiga província de Goiás.

Uma das evidências a respeito da incursão indígena ao engenho de cana-de-açúcar encontra-se sob forma de crônica. A autora, Yêda Rios Brandão, é descendente da família atingida por esse acontecimento, para eles traumático, transmitido oralmente ao longo de cinco gerações, até ser registrado por escrito na década de 1950.

Um documento histórico oficial existente é uma correspondência do presidente da província de Goiás solicitando permissão ao governo imperial para formar recrutas a fim de combater os índios avá-canoeiros que haviam atacado várias fazendas nos distritos de Traíras, Carmo, São Félix e Amaro Leite. O documento arrola, ainda, a localização de cada uma dessas propriedades, bem como o nome dos fazendeiros; aparece também o nome da proprietária do engenho, a ancestral da família. Ela e seus filhos transmitiram a seus descendentes esse evento, tantas vezes recordado e contado, e que acabou provocando a mudança da família para outra vila.

O encontro entre as duas fontes de natureza distinta indica um só evento e enriquece a reconstituição histórica permitindo uma compreensão mais abrangente do próprio acontecimento. O relato oral, em forma de crônica, e o documento oficial formam elos de transmissão de um mesmo fato. Em vários aspectos, a narrativa que se baseia em informação oral e o documento apresentam pontos em comum. Em outros, observa-se que a crônica foi mais além, pois, como relato de um testemunho subjetivo e falado, apresenta detalhes do evento e acrescenta outros novos, que possivelmente até nem existiram, o que ocorre porque a memória não se cristaliza. Ela acompanha o movimento do indivíduo, das massas e da cultura com os quais o indivíduo se relaciona. Por meio da linguagem, a memória é socializada e unificada, aproximando os sujeitos e limitando suas lembranças sobre os acontecimentos vividos no mesmo espaço histórico e cultural. Ao longo dos mais de cem anos que separam as cinco gerações, mesmo mantendo a informação essencial, essa história foi várias vezes

¹ Professora e pesquisadora da Universidade Católica de Goiás.

recontada, reinterpretada e atualizada, e está repleta de lembranças, mas também de revisões, de recuperações, de reinterpretações atualizadas do passado.

O relato oral é criativo e imaginativo e a esse aspecto o pesquisador deve ficar atento, pois o relato está sujeito a variações, quando mudam as necessidades sociais e os valores de seus narradores e ouvintes, por exemplo, quando a memória é atualizada, conforme a influência social do meio em que vivem narradores e ouvintes. O relato oral está sempre comprometido pelo contexto no qual foi transmitido. É uma evidência social, mas deve-se estar alerta para a subjetividade contida no relato.

Comparando as duas fontes históricas, observa-se que na crônica se operou a chamada memória ficcional, extremamente imaginativa, que reinterpretou fatos, criou outros, enfim, atualizou os fatos à medida que o tempo passava e, no imaginário do colono, impera a ideologia do colonizador, exagerando o relato em determinados momentos e mostrando outras nuances que, em um documento escrito formal, dificilmente acontece. Halbwachs ensina que a memória é um trabalho de reconstrução alterada do passado, de acordo com os valores e as referências culturais do grupo social ao qual o sujeito da memória pertence na atualidade.

Thompson destaca que o processo da memória depende não apenas da capacidade de compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse sobre determinado assunto. Ele acredita que é muito mais provável que uma lembrança seja precisa, quando há interesse ou alguma necessidade social. Ainda assimila que é necessário indagar como surgiu determinada evidência.

Neste sentido, convém esclarecer a respeito da autora da crônica que relata essa história transmitida pela memória. A autora, Yêda Rios Brandão, nasceu na década de 1920 em Jaraguá. Foi educada em colégio interno de freiras dominicanas na antiga capital – Goiás. É casada, mãe de onze filhos e dona de um cartório no interior. Yêda Brandão aprecia a leitura de bons romances e sempre gostou de escrever. Seu passatempo predileto era colecionar histórias de famílias e histórias antigas de sua terra natal. O seu interesse ia além de ouvir antigas histórias. Ela buscava nos cartórios e nos registros paroquiais de sua cidade as informações de seu interesse. A crônica que ela assina apresenta a luta de seus antepassados pioneiros no trabalho da terra e a disputa dessa terra com os índios habitantes daquela região. Tal conflito provocou a migração de sua família para a vila de Jaraguá. Mostrando a trajetória percorrida pela memória da família até alcançar a quinta geração, na qual a autora se insere, ao final de sua história, Brandão escreve: “Esta história contou-me minha mãe, cujo pai, Balthazar, era filho de Antônio que tinha por mãe Laura”.

Laura é a ancestral da família que se defendeu do ataque indígena de maneira originalíssima. Yêda Brandão registra essa história, em forma de testemunho oral, mais de

111 anos após ter ocorrido. Deve-se esclarecer um dos aspectos que possivelmente motivaram a retenção na memória de histórias como essa. Nas cidades do interior de Goiás, em séculos passados, poucas novidades havia para entreter seus habitantes. Assim, ocorriam reuniões em família para ler e contar histórias e enredos de romances, e também muito se falava sobre a história da família ou personagens interessantes que viveram no passado. Contos, histórias e narrativas eram contados e recontados; ainda era um tempo em que ouvir e contar histórias era prazeroso (Lima & Valadares, 1983a). Em 1983, a autora datilografou a crônica que escrevera e distribuiu uma cópia para seus familiares, difundindo, desse modo, essa interessante e reveladora história de sua família.

A documentação histórica oficial possui elementos originais em relação à crônica. Essa documentação encontra-se entre os informes de guerra, em ofício do presidente da província de Goiás, pe. Luís Gonzaga de Camargo Fleury, ao Ministro dos Negócios do Império, datado de 3 de setembro de 1839, informando-o dos ataques dos índios avá-canoeiros às várias fazendas dos distritos de Trahíras, Carmo, São Félix e Amaro Leite² e dos prejuízos deles decorrentes. Escreve o presidente: “em 3 de julho o gentio Canoeiro surpreendeu dois escravos de d. Laura Innocência Furtado e os matou a flechada em um canal a três léguas distante da Vila de Trahiras.”

O texto do documento oficial que se refere ao ataque indígena é sucinto, porém, no contexto social da primeira metade do século XIX, é bastante revelador sobre a situação da colonização no norte de Goiás. Com o advento da exploração aurífera em Goiás, várias povoações foram fundadas ao longo do Rio Maranhão–Tocantins para a exploração das jazidas, entre as décadas de 1730 e 1750. Essas frentes pioneiras de exploração fixaram-se, desse modo, em territórios de ocupação indígena, obrigando-os a migrarem para outras áreas. No final do século XVIII a decadência das minas provocou o despovoamento de vários núcleos populacionais que se sustentavam graças à atividade mineradora. Esses povoados encontravam-se, muitas vezes, isolados uns dos outros, e seus habitantes, dispersos na vida rural, tornavam-se frágeis e expostos às represálias indígenas. A documentação histórica aponta que, a partir de então, acirraram-se os conflitos armados entre índios e colonizadores, em razão da disputa pela posse da terra, sobretudo no norte da província de Goiás, onde a produção aurífera esgotou-se mais cedo.

Os índios que habitavam aquela região eram os Canoeiros, assim designados por navegarem o caudaloso Maranhão–Tocantins em canoas (a partir da década de 1770, passaram a ser chamados avá-canoeiros). Esse grupo indígena possuía seus territórios de

² Ofício do presidente da Província Luís Gonzaga de Camargo Fleury ao ministro dos Negócios do Império. N.º 136 – 3/9/1839, p. 20. In: 1838-1845: *Ofícios da Presidência da Província para os Ministérios do Império, Marinha e Estrangeiros*. Arquivo Histórico Estadual de Goiás – AHE-GO

ocupação em uma extensa região ao longo do alto Rio Tocantins, em ambas as margens e ilhas desse rio, desde a foz do Rio Santa Teresa, ao norte (atualmente no Estado do Tocantins), até a foz do Rio das Almas, um dos formadores do Rio Maranhão–Tocantins, limite meridional das terras de movimentação indígena. A fixação de contingentes populacionais para a exploração das minas de ouro provocou a migração dos avá-canoeiros para a margem esquerda do rio; contudo, os índios ainda se movimentavam em toda aquela região que, gradativamente, foi sendo ocupada pelos colonizadores.

A crônica de Brandão apresenta-se com um outro olhar – a versão do colonizador que sofre o ataque. Como evidência histórica, a informação oral por meio da linguagem transforma-se em memória do vivido. Em estudo anterior sobre os avá-canoeiros nos séculos XVIII e XIX, deixei evidente que os colonos tinham verdadeiro pavor dos índios, pavor cultivado em décadas de lutas e enfrentamento entre ambos. O medo e o ódio, aliados ao preconceito, criaram um imaginário completamente desfavorável ao indígena. Entretanto, no centro da discórdia residia a questão da exploração da terra e da utilização da mão-de-obra nativa.

A crônica de Brandão inicia-se mostrando o convívio compulsório entre índios e colonizadores em uma região disputada por ambos.

Era no tempo, em que os homens movidos de ambição ou sequiosos de aventuras se reuniam em grupos chamados Bandeiras e se afundavam no sertão. Em seus rastros surgiam povoados, cidades. Rios, serras e chapadões iam sendo vistos e batizados. Índios e feras acuados cediam lugar ao invasor. Traíras nasceu sob o império do ouro tendo a seus pés o rio do mesmo nome. Em seus arredores viveram Laura e o capitão Joaquim Ribeiro de Freitas. Possuía o casal propriedade com lavoura, engenho de cana e bom número de escravos. A fazenda progredia, o ouro encontrado era secado em couro de bois. Porém os índios, que antes mantinham com os fazendeiros relações amistosas em contacto com os brancos, se tornaram espertalhões e buliçosos, começando a fazer-lhes freqüentes visitas. Amarravam a cauda dos animais umas as outras para em seguida afugentá-los, paravam o monjolo, enchiam o pilão de esterco, desviavam o curso de rego d'água, roubavam os porcos e aves.

De acordo com o relato oral, o capitão Joaquim Ribeiro de Freitas e sua família possuíam boa situação econômica. Essa situação é confirmada pela documentação histórica oficial referindo-se ao mesmo capitão-mor,³ como um proprietário abastado em Traíras, e sua fazenda consta na relação de engenhos de Traíras em 1823.⁴ Freitas foi um dos fundadores da *Sociedade de Comércio de Traíras*, criada em 1806, para incentivar a navegação e o

³ Relação dos Officiais de Ordenanças desta Província que se Achão Registrados nas patentes do livro da Comarca da Província.

⁴ Mapa geral da população e número de cazas e propriedades da Vila de Trahíras e seu Distrito. In: *Relação da População da Província de Goiás, Correspondência e Mapas dos Comandantes das Ordenanças: 1823-1824*. AHE-GO.

comércio entre as capitanias de Goiás e do Pará, pelo Rio Tocantins.⁵ Na documentação escrita além de seu nome, encontram-se os de outros proprietários da região de Traíras, Niquelândia e Pilar, que solicitavam a d. Francisco de Assis Mascarenhas, governador da capitania de Goiás, providências urgentes para possibilitar a navegação pelo Rio Maranhão, impedida pelas hostilidades dos índios avá-canoeiros que habitavam às suas margens.

A crônica de Brandão informa que os indígenas manifestavam abertamente sua indignação, usando de artimanhas para amedrontar o colonizador. Brincadeiras e travessuras eram relativamente comuns em locais de movimentação dos avá-canoeiros no território goiano, que estava sendo ocupado pela expansão da atividade agropastorial, como informam a documentação histórica e os depoimentos orais dos regionais que viviam nessas áreas, até por volta da década 1950 (material colhido por mim a ser incluído em próxima publicação). Vale informar que os índios avá-canoeiros dividem-se em duas comunidades distante uma da outra e, contatados pela Funai em 1973 e 1983, encontram-se em número bastante reduzido em Goiás e no Tocantins. Os dois grupos são pequenos grupos familiares que sobreviveram à violência das frentes de ocupação colonizadora em Goiás.

A memória da família reteve detalhes coincidentes com as fontes escritas a respeito do contato interétnico entre índios e conquistadores. A documentação oficial informa que o ataque ao engenho ocorreu no dia 3 de julho de 1839, e na crônica, em determinados momentos, a memória se apresenta nítida, precisa, com extrema sensibilidade pela ambientação. A emoção vivenciada permaneceu na memória e foi transmitida ao longo do tempo, como neste trecho: “Certa noite estava toda família reunida. Em junho, as noites são frias e na varanda agrupava-se em torno de um tacho com brasas, que montes de sabugos atirados em intervalos conservavam vivas”.

Na memória, a sensibilidade marcou a temperatura baixa do mês de junho, dias antes do ataque indígena, que aconteceu no início do mês seguinte, conforme atesta o documento arrolado. A lógica da emoção desencadeia, em determinados momentos, sentimentos e sensações. É interessante discutir a fidedignidade do relato oral, apontado por Thompson (1992) e Kenski (1997). Cada pessoa é única em sua capacidade de lembrar os fatos. O interesse em lembrar pontua, em certa medida, a fidedignidade do relato, e a razão para ser contado diversas vezes é porque havia um significado para quem lembra e conta histórias. Kenski reconhece que a memória depende das características pessoais das pessoas dispostas a lembrar e daquelas que se sentem mobilizadas a ouvir as histórias. Como um ato voluntário de recordar fatos passados, de reviver a emocionalidade daquele momento pela linguagem oral,

⁵ *Correspondência Oficial de D. Francisco de Assis Mascarenhas com a corte:1804-1807*. Códice 9.4.2. Doc 188, Of. n° 3, p. 58 e 59. Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional/RJ.

repete-se cada detalhe passado, filtrando a imaginação e a emoção. A memória é livre e espontânea e obedece às regras da emocionalidade.

A narrativa mostra também a apreensão daquela família, com receio da presença indígena, que revelava sinais de hostilidade. Os habitantes da fazenda estavam preocupados e receosos, quando uma noite, furtivamente, os índios aventuraram a aproximar-se da casa grande, e misteriosamente, um índio foi morto. Brandão escreve a reação dos presentes:

O capitão, de pé, com os braços para trás, mãos ajuntadas com força mostrava o seu desagrado. Ele dera ordens para ninguém reagir, esperando que se cansassem de tão extravagantes brincadeiras. (...) Pelas fendas das portas podia-se ver os selvagens ali mesmo, debaixo da limeira da Pérsia. Com o luar seus corpos cobertos de garatujas bizarras (...). O pensamento de todos ficou parado com enorme estampido ecoado longamente na noite do sertão, a gritaria e o tropel dos silvícolas em disparada. O capitão avançou a porta, reforçada com trancas de madeira. Os filhos mais velhos e os escravos correram a ajudá-lo e ante o desespero das mulheres foram ao acontecido. Junto à limeira jazia um índio. Todos se quedaram horrorizados! Quem contra as ordens do capitão ousara matá-lo? Deram pressa em enterrá-lo antes que os outros notassem que um dos seus ali ficara.

Algum tempo se passou sem que os índios dessem sinal algum, porém, em dado momento surpreenderam os colonizadores com um ataque:

Várias vezes o sol sumiu e apareceu sem que os índios voltassem. Aliviados os fazendeiros julgavam que o tiro amedrontando-os conservava-os à distância. A vida tomou de novo o ritmo normal, acalmaram-se os ânimos. Certa manhã, como não precisassem ficar de guarda, seguiram os negros para as plantações. Em casa ficaram as mulheres, crianças e os escravos mais idosos. Eis, que em meio ao silêncio costumeiro ladra um cão. Outro, mais outro, (...). “Justino! Justino!” – gritaram todos de uma vez – ,“Olha o Justino!” De uma trilha na mata vinha um negro em disparada:

– Sinhá, fecha a casa, sinhá, aí vem eis, tapui!

Laura correu ao sino e puxou-o. De cada canto do grande terreiro surgiram negras com os filhos. Todos entraram e Justino cansado e sem forças foi puxado para dentro da casa. Portas e janelas fechadas, pesadas trancas vieram reforçá-las. O escravo com esforço foi contando:

– Tapui matô os nego tudo e eu escapô subino num coqueiro.

Não acabara de falar e já a algazarra tenebrosa dos índios enchia o terreiro aproximando-se da casa. Paus e pedras eram atirados às portas e janelas, que estavam sendo forçadas. Na casa foi grande a confusão, quando uma negra apontou para o telhado gritando:

– Óia ali, sinhá, eis tira as teia e vai entrá!

Laura correu para a cozinha:

– Aticem o fogo do sabão (...). Clemente, ó Clemente, Maria, Teresa peguem a cuia e atira-lhes sabão.

As negras musculosas munidas de grandes vasilhas correram à tacha e tomando o líquido preto e fervente iam jogando nos selvagens. (...) O ataque às portas e telhados recomeçaram mais intensos, quando um tiroteio se fez ouvir. (...) Os atacantes atiraram-se nas matas em correria. (...)

A autora evidencia a figura de sua ancestral, Laura Innocência Furtado, pois ela se encontrava no engenho durante o ataque e seu marido, o capitão Joaquim, estava ausente naquele momento difícil. Foi Laura quem deu as ordens aos filhos e escravos durante a incursão indígena. Ela sugeriu jogar sabão quente para o alto, a fim de afugentar os atacantes. Quanto à presença de Laura Innocência no engenho durante o ataque indígena e à ausência de seu marido, o capitão Joaquim, pode ter ocorrido uma condensação na memória sobre eventos distintos. Como assinala Thompson, esta confusão é relativamente comum, e segundo o autor, mostra a reorganização da memória e como se constrói a consciência de uma pessoa. Ao contar essa história e outras sobre a própria família, certamente falou-se no capitão Joaquim pois ele era marido de Laura e pai de seus filhos. Possivelmente uma compreensão equivocada situasse o capitão na história, que assim foi transmitida por meio da oralidade e chegou a ser fixada na crônica. A própria Yêda Brandão, em uma conversa, formulou a suspeita de que ele não participara da luta, por já haver falecido, o que é corroborado por análise da documentação oficial. Se ele nascera em 1760, como informa Yêda Brandão, ele teria em 1839, ano em que ocorreu o ataque indígenas, 79 anos de idade.

Contudo, o ofício do presidente da província relatando a incursão indígena ao engenho refere-se ao nome de Laura como proprietária da fazenda. Por que não constava o nome do capitão? Mais uma razão para considerar que ele já havia falecido.

Laura e seus filhos saíram da freguesia de Traíras para residir em Jaraguá, possivelmente porque seu filho padre vivia naquela vila, era coadjutor do vigário da paróquia N. S. da Penha de Jaraguá. A família abandonou o engenho, como aponta o documento sobre terras no município de Niquelândia (antiga São José do Tocantins), localizado a seis quilômetros de distância da antiga Vila de Traíras (na atualidade, é apenas um povoado com ruínas à vista). O documento de terras⁸ se encontra no cartório de registro de imóveis em Niquelândia, datado de 1858, informa que “o padre Manuel Ribeiro de Freitas possui um sítio, que se acha em tapera, denominado Engenho N. S. da Conceição que recebeu de sua mãe falecida (...)”. Se o engenho era uma tapera, significa que fora abandonado. O documento de terras informa que o padre recebera aquelas terras como herança, após a morte de sua mãe, e nomeou um procurador em Traíras para vender aquela propriedade.

Supõe-se que Laura Innocência Furtado não tenha demorado a se transferir com sua família para Jaraguá pois, nesta mesma vila, aparece seu nome nos registros de batismos da paróquia N. S. da Penha, em 1841, como madrinha de uma criança.⁹

⁸ Cartório do primeiro Ofício, do Judicial e Notas, da Comarca de Niquelândia, Estado de Goiás, na forma da lei. Doc. 3, pasta 33-72, fls.20. Villa de Traíras em 18/9/1858. Assina o escrivão Teófilo José Taveira, Niquelândia, outubro de 1959.

⁹ Registro de Batizados: 1840-1849. Arquivo da Paróquia N. S. da Penha de Jaraguá.

Essa foi uma das famílias que migraram para outras regiões temendo as incursões indígenas. A documentação histórica oficial refere-se à questão do despovoamento em determinadas áreas no médio norte de Goiás, na primeira metade do século XIX, em virtude das hostilidades dos índios. Na primeira metade do século XIX os avá-canoeiros desencadearam uma guerra contra o conquistador, visando impedir a fixação de estabelecimentos rurais naqueles territórios e os colonos dali se afastavam temerosos dos ataques indígenas.

De acordo com Brandão, “os índios mataram os negros das plantações, só escapando Justino, que escondido na copa de alto coqueiro avistara toda a tragédia. (...) Os prejuízos representavam anos de luta com o mato bruto, índios e feras”.

A documentação oficial e o relato oral reproduzido na crônica contradizem-se quanto ao número de escravos mortos pelos índios. O imaginário do colonizador é permeado pelas relações interétnicas conflituosas. O exagero na informação oral é até certo ponto comum, e essa distorção também se apresenta na documentação oficial no relato sobre os prejuízos causados pelos indígenas, justificando, assim, as expedições em represália contra eles, como já deixei claro em estudo anterior.

A população goiana criou um imaginário a respeito dos índios que se mostrou muito criativo ao longo do tempo. A crônica é composta de dois momentos significativos: um na freguesia de Traíras apresentando o confronto com os índios e depois, um outro momento, em Jaraguá.

Como informa a autora:

Dias se passaram e a fazenda do capitão era um lugar de morte. (...) Decidiram mudar-se. Eles não temiam a floresta nem os animais, mas o índio sabiam-no vingativo e cruel. Perseguiria seus descendentes em muitas gerações.

De estudos meus anteriores, fica evidente que um dos traços do imaginário dos regionais refere-se à perseguição dos índios a quem lhes fazem mal, em uma atitude de vingança. Na segunda parte do conto, a família já estava em Jaraguá e a autora refere-se a uma negrinha escrava, muito afeiçoada a Laura e que desaparecera subitamente, reaparecendo misteriosamente dias depois, relatando a sua convivência com os indígenas, durante o tempo em que ficara ausente. Tal acréscimo na crônica pode ser um resquício do medo de perseguições, criado pelo imaginário e que faça sentido, misturando elementos de um tempo glorioso que se passou.

A Vila de Traíras foi um arraial aurífero muito populoso e um dos mais esplendorosos da capitania de Goiás no período colonial e acredita-se que, ainda no século XVIII, superava a então capital da província de Goiás, Vila Boa (Bertran, 1998). Em Traíras, também era tocada

música sacra de excelente qualidade, como em Mariana, Minas Gerais (Pinto, 2002). Aos poucos, a vila cedeu lugar a um pequeno povoado em ruínas. Vale dizer que os moradores de Niquelândia, na década de 1940, demoliam e vendiam materiais dos prédios em decadência em Traíras (Niquelândia, 1943).

A autora questiona a ruína completa de Traíras:

Da florescente Traíras, hoje só resta em pé uma casa. Vê-se nas ruínas o valor de seu passado. (...) O que teria sido? O ouro esgotou? Foram o sofrimento dos presos clamando contra a cidade maldita? Por que bateram num padre? Foram os índios? Sim, para muitos foram eles que em desespero pelo que lhes fora usurpado, procuraram afastar para bem longe o conquistador, alquebrando espíritos bravos como os de meus antepassados.

A crônica reflete a memória de longa duração que guarda elementos originais do que se passou, corroborados pela documentação oficial. Por outro lado, como expressão de relato oral é criativa, imaginativa e condicionada ao grupo social em que o sujeito vive.

Referências Bibliográficas

BERTRAN, Paulo. *História de Niquelândia: do Distrito do Tocantins ao Lago de Serra da Mesa*. Brasília: Verano Editora, 1998.

BRANDÃO, Yêda Rios. *Conto sobre a origem de sua família*. Jaraguá: década de 1950. Trabalho datilografado.

HALBWACHS, M. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

LIMA, Nei C. & VALADARES, Ione M. O. *Histórias Populares de Jaraguá*. Goiânia: Cecup/ICHL/UFG, 1983a;

KENSKI, Vani Moreira. Sobre O Conceito de Memória. In: FAZENDA, Ivani (Org.) *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*. 2^aed. Campinas, SP: Papirus, 1997 (Coleção Práxis).

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. *O povo invisível – a história dos avá-canoeiros nos séculos XVIII e XIX*. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

_____. Os índios avá-canoeiros. In: MOURA, M. C. O. (org.) *Os índios de Goiás*. Goiânia: Ed. UCG/Kelps, 2006.

PINTO, Marshal G. *Da missa ao Divino Espírito Santo ao Credo de São José do Tocantins*. Dissertação de Mestrado apresentada na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002

NIQUELÂNDIA. Edital datado de 1943 do prefeito municipal de Niquelândia, José Vieira Filho. Centro Cultural Antônio Ermírio de Moraes.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.